

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA X VARA  
CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXX**

Processo nº. XXXXXXXXXX

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no artigo 600 do CPP, apresentar

**RAZÕES DE APELAÇÃO**

ao recurso interposto, pugnando pelo seu recebimento, processamento e posterior remessa dos autos à superior instância.

XXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**  
**Matr.: XXXXX**

# **EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

## **COLEND A TURMA**

**Eminentes Desembargadores Julgadores**

**Ilustre Membro do Ministério Público**

Processo nº. XXXXXXX

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL vem, na defesa de **FULANO DE TAL**, apresentar **RAZÕES** ao recurso de apelação interposto em face da r. sentença de fls. 260/269, fazendo-o nos seguintes termos:

### **I - BREVE RELATO DOS FATOS**

O recorrente foi condenado como incurso nas sanções do art. 171, *caput*, c/c art. 14, II, e do art. 297, *caput*, todos do Código Penal, à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, em regime inicial aberto, sendo a reprimenda substituída por duas penas restritivas de direitos.

Intimada da r. sentença, a Defesa Técnica interpôs recurso de apelação (fl. 281), vindo os autos para apresentação das respectivas razões, que são apresentadas nos seguintes termos:

## **II - DA ABSORÇÃO DO CRIME DE FALSIDADE DE DOCUMENTO PELO CRIME DE ESTELIONATO**

Considerando que o acusado confessou em juízo ter concorrido para a falsificação do documento e tentativa de estelionato, a Defesa Técnica deixa de tratar da autoria; por sua vez, a materialidade encontra-se exposta pelo Laudo Pericial.

Com efeito, embora o acusado tenha admitido a utilização de carteira de identidade falsificada para tentar obter crediário, a conduta do réu não pode ser reprimida nos moldes pleiteados pela acusação.

Senão vejamos.

Na hipótese dos autos, a absorção do crime meio, qual seja, falsificação de documento, pelo crime fim, estelionato na forma tentada, é medida que se impõe, inclusive porque no processo não há informação se o documento foi utilizado para outro fim ou em momento anterior.

Ou seja, o acusado fez uso da identidade apenas naquela ocasião, de maneira que o falso e a potencialidade lesiva do documento se exauriram na ocasião, quando tentou obter o cartão das Lojas Americanas.

Na espécie, *mutatis mutandis*, deve ser adotada a conclusão exposta na Súmula 17 do Eg. STJ, segundo a qual *“quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido”*.

A propósito, nesse sentido há decisão desta Eg. Corte de Justiça em julgamento análogo:

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE ESTELIONATO. USO DE DOCUMENTO PÚBLICO FALSO. CARTEIRA DE IDENTIDADE. ABERTURA DE CONTA CORRENTE E TENTATIVA DE OBTENÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO EM NOME DE TERCEIRO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. VIÁVEL. SÚMULA 17 STJ. SUBSTITUIÇÃO POR UMA MEDIDA RESTRITIVA DE DIREITO. RECURSO PROVIDO.**

**1. O princípio da consunção é aplicado quando uma das condutas típicas for meio necessário ou fase normal de preparação ou execução do delito de alcance mais amplo.**

**2. Comprovado que os crimes tipificados no art. 171, "caput", c/c art. 14, inciso II e parágrafo único (estelionato tentado), e art. 297 (falsificação de documento público), todos do Código Penal, ocorreram na mesma circunstância fática, servindo o falso como meio necessário para o estelionato e nele se exaurindo (por não haver provas em sentido contrário), aplica-se o princípio da consunção. Súmula 17, STJ.**

[...]

**4. Recurso provido. ([Acórdão n.766327/20120710146673APR](#), Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Revisor: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 27/02/2014, Publicado no DJE: 07/03/2014. Pág.: 135) g.n.**

Em uma interpretação a **contrario sensu** da diretriz contida da referida Súmula, tem-se este precedente do Eg. STJ:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. SÚMULA 17/STJ. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INAPLICABILIDADE, NA ESPÉCIE. FALSIFICAÇÃO UTILIZADA EM OUTRA OCASIÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Em razão da permanência da potencialidade lesiva do falso, que não se exauriu na fraude perpetrada, é inaplicável a Súmula 17/STJ, na espécie. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1389405/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 07/08/2015)**

Como se percebe, ao caso em tela, merece ser aplicada a consunção entre a falsidade e o estelionato.

### **III - DA REDUÇÃO DA PENA EM RAZÃO DA TENTATIVA NO DELITO DE ESTELIONATO**

Ao proceder à análise da terceira fase da dosimetria da pena do crime de estelionato (fl. 266), o d. Magistrado reduziu a pena em 1/3 (um terço), ao apontar que os réus teriam iniciado os atos executórios com a falsificação do documento, o deslocamento ao estabelecimento comercial e o início do cadastro para a obtenção de crédito (fl. 264).

A referida redução, todavia, merece reforma. Nesse sentido, cumpre inicialmente registrar que a falsificação do documento público configurou, *de per si*, **crime autônomo** pelo qual foi o réu condenado na sentença recorrida. Por essa razão, sob pena de se incorrer em *bis in idem*, não pode a referida conduta ser novamente considerada, desta vez para qualificar negativamente o percurso do *iter criminis*.

Além disso, conforme restou comprovado nos autos, o funcionário do estabelecimento vítima, ao obter a documentação necessária à confecção do cadastro, pronta e autonomamente percebeu a falsificação, tanto que, na posse do documento, se dirigiu à delegacia de polícia.

Dessa forma, não há que se falar que o *iter criminis* tenha sido percorrido até o seu ponto máximo, a ensejar a diminuição mínima de 1/3 (um terço), mas, diversamente, este apenas se iniciou, com a entrega da documentação no estabelecimento para a pretensa abertura de cadastro, oportunidade em que o funcionário da loja, de pronto, desconfiou da falsificação.

Assim, diante das provas efetivamente colhidas ao longo da instrução e na esfera policial, há que se aplicar o *quantum* de diminuição máximo de 2/3 (dois terços) pela previsão do art. 14, II, do Código Penal, ou, ao menos, em patamar superior àquele atribuído na r. sentença.

#### **IV - DA APLICAÇÃO DO CONCURSO FORMAL ENTRE OS DELITOS PRATICADOS**

Ao proceder à unificação das penas no *decisum* recorrido, o d. Juiz afirmou que *“Para fins de unificação das penas aplicadas ao réu, deve incidir a regra do concurso material, prevista no art. 69, caput, do Código Penal”* (fl. 268), razão pela qual cumulou as penas dos dois crimes atribuídos ao acusado.

Segundo entendimento jurisprudencial do C. STJ, não é esse, todavia, o melhor entendimento a ser aplicado ao caso em análise, senão vejamos:

**PENAL. HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA E ESTELIONATO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONCURSO FORMAL. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE COM RELAÇÃO À CULPABILIDADE, PERSONALIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E COMPORTAMENTO DA VÍTIMA.**

*I - A orientação emanada do enunciado nº 17 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça tem como pressuposto lógico a idéia de que o falso exaure sua potencialidade lesiva ao constituir-se crime meio para a consecução do delito fim, que é o estelionato (Precedentes).*

***II - Sendo a falsidade meio para o estelionato, não se exaurindo neste, inviável a aplicação do princípio da consunção, por permanecer a falsidade apta à prática de outras atividades delitivas. Aplica-se, nestes casos, o concurso formal de crimes, e não o concurso material. (Precedentes do STF).***

*III - Na hipótese dos autos, a falsificação empregada não esgotou sua potencialidade lesiva*

*no estelionato, tendo sido, ao contrário, utilizada por diversas vezes nos crimes praticados pelo paciente.*

*Inviável, portanto, a aplicação do princípio da consunção.*

*[...]*

*Ordem parcialmente concedida.”*

*(HC 125.331/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 08/03/2010)*

Dessa forma, caso V. Exas. entendam pela impossibilidade da consunção acima pleiteada, pugna a Defesa pelo reconhecimento de **concurso formal** entre os crimes atribuídos ao acusado.

## **V - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer a Defensoria Pública o conhecimento e provimento do presente recurso, para que seja reformada a r. sentença,

(a) reconhecendo-se a **consunção** entre o crime de falsidade de documento público pelo crime de estelionato;

(b) aplicando-se a redução pela tentativa no patamar de **2/3 (dois terços)**; e

(c), reconhecendo-se a existência de **concurso formal** entre os crimes atribuídos ao acusado.

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**  
**Matr.: XXXXX**